MIKHAIL BAKUNIN

OBRAS ESCOLHIDAS

A ciência e o povo (1868)

O que buscamos? O que queremos? O que queriam e buscavam os seres vivos de todos os tempos e de todos os países: *Verdade, Justiça e Liberdade.*

Mas o leitor não temerá que nos percamos em considerações nebulosas sobre o que é a *Liberdade*?

Sabemos que não a encontraremos para além das nuvens. Por esse termo, entendemos a lógica simples e natural, própria a tudo o que é real, ou, então, a ordem universal dos fenômenos, marcada pela razão humana, tanto no mundo material como no mundo social.

Evidentemente, rejeitamos da maneira mais resoluta a divisão arbitrária e inepta do mundo da realidade entre mundo físico e mundo espiritual; mas estimamos útil dizer algumas palavras sobre a maneira como se operou essa divisão, sem dúvida natural, e necessária sob o aspecto histórico, mas que, contudo, teve o mais lamentável efeito sobre o destino da humanidade. Ela foi engendrada, no início da história, por uma espécie de mal-entendido da razão que mal acabara de despertar, que não tinha consciência de si mesma e não suspeitava, portanto, de que ela era mais ou menos um dos frutos normais da natureza. Assim privada da possibilidade de agir consciente e lucidamente, a razão começou por manifestar-se em devaneios poéticos e em representações religiosas, depois, mais tarde, sob a forma de um autoaprofundamento metafísico e de uma autoestrutura abstrata, enfim, ela pôs-se a buscar em seu eu *único* as causas de tudo. Todavia, a partir do momento que ela opôs-se a si mesma como algo de separado e autônomo, não só em relação a todo o mundo exterior, mas, inclusive, a seu produtor imediato, o organismo humano, ela devia inevitavelmente desdobrar o mundo humano da realidade em mundo "físico" e mundo "espiritual".

Desde que conhecemos a origem fisiológica de toda a nossa atividade intelectual, conseguimos de maneira igualmente necessária tomar consciência da inépcia de tal desdobramento.

O mundo único é também o único meio de conhecer a destinação de suas leis ou de suas regras, obter a *Verdade* que é a *Ciência*; não são a metafísica nem as construções intelectuais abstratas, mas a ciência que funda seus raciocínios sobre a experiência, que utiliza tanto o método dedutivo como o método indutivo, e que verifica incessantemente suas hipóteses por meio de uma observação e de uma análise dos fatos os mais rigorosos.

É assim que é expulso da ciência tudo o que é sobrenatural, tudo o que não é racional: a noção de Deus e todas as outras noções que dele decorrem, ou os contatos com ele. A unicidade e a própria possibilidade de uma ciência racional encontram-se colocadas pela primeira vez. Resta restaurar a mesma unicidade e a mesma razão na vida. A vida do homem, coletiva e individual, desde o início da história que, no presente, é partilhada, sabemo-lo, entre dois mundos opostos, que se negam mutuamente, que se destroem mutuamente: o mundo espiritual e material, o mundo terrestre e celeste. Todos os pensamentos e todos os sentimentos religiosos, todos os movimentos ideais da alma aspiram ao elemento celeste; todos os interesses terrestres, todos os desejos e vontades materiais do homem vivo aspiram ao elemento terrestre. Tudo o que se chama verdade e bem é atribuído ao primeiro mundo; todos os pecados e toda a mentira ao segundo. O destino histórico do homem que atravessa as múltiplas vias e fases de seu desenvolvimento foi até este dia o resultado dessa luta inconciliável entre os dois mundos, cuja reunião em um único mundo, em uma única vida unânime, após as numerosas e sérias tentativas efetuadas em diversos períodos pela arte, pela religião, pela política e, enfim, pela metafísica, esse resultado revelou-se resolutamente impossível. O homem não soube liberar-se em sua vida do funesto desdobramento, e enquanto os dois mundos existirem em sua consciência, ele jamais conseguirá isso: uma das partes de seu ser estará em incessante conflito com a outra, e o resultado desse conflito não pode ser senão a "anarquia criminal", a revolta da matéria, ou o triunfo do espírito, a submissão da matéria, a instauração da ordem, a escravidão virtuosa.

E, portanto, a fim de liberar definitivamente o homem, é preciso pôr fim a seu desdobramento interior, é preciso expulsar Deus não só da ciência, mas também da própria vida; o conhecimento positivo do homem e seu pensamento racional, bem como sua imaginação e seu sentimento devem livrar-se dos espectros celestes. Quem crê em Deus, quem reconhece a existência de um mundo celeste separado, espiritual, que admite na mais ínfima medida uma ordem das coisas sobrenatural, inacessível à razão, está consagrado a uma escravidão inevitável e sem esperança. Os homens de ciência liberam-se de Deus por meio da ciência e *apenas no domínio dessa ciência*, mas não na realidade nem na vida. Porque a vida de cada ser humano, por mais douto e sábio que ele seja, encontra-se, em virtude da lei da solidariedade social, sob a dependência direta e inevitável da vida de todos, da vida do povo; quanto a este último, ele está consagrado à escravidão por causa mesmo de sua fé. Quem, por essa razão, quer ser ele próprio realmente livre, na vida e nos fatos, deve empregar todos os seus esforços para destruir a religião popular.

Tal é o ponto principal sobre o qual divergimos em relação aos *positivistas*, aos adeptos de Auguste Comte.

Este último, exatamente como Proudhon, Schopenhauer e alguns dos bem recentes pensadores ingleses, fundou seu sistema filosófico positivista sobre a conhecida teoria de Immanuel Kant, que supõe que a inteligência humana é incapaz de penetrar a essência das coisas.

Nossa razão, diz o filósofo de Koenigsberg,[1] só abarca *os fenômenos*, tanto exteriores quanto físicos, tanto do mundo interior quanto do mundo espiritual e moral, e tanto da vida da natureza quanto do desenvolvimento histórico da vida social; ele só abarca as relações mútuas dos fenômenos, os múltiplos aspectos de seu contato e de seu laço entre eles, assim como de sua ordem de sucessão, de sua origem e de seu desaparecimento no espaço e no tempo, em resumo, tudo O QUE chamamos de *leis da natureza*. Mas a essência das coisas, sua existência por elas próprias, independentemente de nossa consciência e fora de toda relação com ela, a *coisa*, na medida em que ela é *para si* (*Ding an sich*) *e a causa real que a engendrou* são-nos inacessíveis. Não temos nem os órgãos nem os meios permitindo alcançá-la.

Os meios não existem porque toda coisa que *se manifesta* para nós de maneira necessária envelopa-se em formas, ou categorias, que não pertencem a ela, mas a nós, à nossa consciência, que são próprias à nossa razão, antes de toda experiência etc., antes de toda colisão com objetos quaisquer que sejam. Essas formas, ou leis de nossa intuição *pura*, de nossa representação *pura*, ao raciocínio e ao silogismo, Kant dá o nome de *categorias da razão puras e apriorísticas*. Tais são, por exemplo: a categoria do espaço e do tempo, a grandeza e a quantidade, as qualidades, as medidas, as

essências, as relações, os fenômenos, as causas e as ações, as interações, os acasos e as necessidades.

Toda a infelicidade de Kant foi seu idealismo em razão do qual ele abordou a crítica da razão pura sem se preocupar em conhecer sua origem fisiológica; estudou-a como um elemento absoluto, que existe independentemente de todas as coisas. Assim, tendo ali encontrado as formas, ou leis, do pensamento, que os séculos elaboraram em nós, mas que ele tomou por formas próprias da própria razão e, por isso, pretensamente independentes de toda experiência, Kant concluiu naturalmente disso que, tendo em vista que toda coisa só pode aparecer-nos por intermédio dessas formas que não pertencem ao objeto mas a nós, não podemos conhecer essa coisa senão como ela aparece-nos e não como existe realmente em si.

Se Kant houvesse dado crédito a Hume, seu contemporâneo, que sustentava, ao encontro da verdade ou em conformidade total com ela, que as formas da consciência pretensamente apriorísticas nada mais são que os produtos da inumerável multiplicidade das impressões e das experiências inconscientes ou esquecidas; se, principalmente, Kant tivesse conhecido a época em que todos os melhores espíritos iam claramente ver que a razão não é uma centelha caída do céu, mas nada mais do que a atividade do próprio cérebro, e, por consequência, o produto de nosso organismo corpóreo, ele não teria oposto o mundo ideal da consciência ao mundo real das coisas, ele não as teria separado por um abismo artificial, e teria, evidentemente, descoberto que entre os *fenômenos* e a *coisa em si*, não há e não pode haver diferença.

De toda maneira, uma vez que Kant colocou à sua maneira a teoria da razão pura, submeteu a uma implacável crítica todas as ideias teológicas e metafísicas: ideia da infinitude, da causa original, do essencial e do objetivo final da criação do mundo, de Deus, da imortalidade da alma etc., e concluiu que todas essas ideias, mesmo pressupondo que elas correspondem efetivamente à realidade, são, por causa de sua própria essência, inacessíveis à nossa consciência, que elas não podem ser conhecidas a fundo, justificadas ou provadas por nossa razão. Deve-se, por sinal observar que Kant, ele próprio, duvidava tão pouco da existência real de um mundo ideal ou infinito, de Deus, da imortalidade da alma e de seu livre-arbítrio que, em sua *Crítica da Razão Prática*, ele erigiu-as em *postulados*, ou exigências pressupostas da vontade racional.

A filosofia especulativa alemã não se deteve ali. Fichte, Schelling e Hegel, na qualidade de últimos metafísicos, tentaram mais uma vez deduzir a objetividade, ou a realidade das ideias infinitas, da própria razão. Mas ao mesmo tempo, é precisamente a Hegel que pertence a grande e incontestável honra de ter conduzido o método metafísico ao suicídio; ele desferiu de tal sorte um último golpe decisivo nessas ideias, ao mostrar sua origem natural histórica, psicológica e sociológica; em sua *Fenomenologia*, na *Filosofia da História*, na *Estética*, na *Filosofia da Religião* e na *Filosofia da História dos Sistemas Filosóficos*, ele apresentou-as de maneira evidente, com uma perspicácia e uma audácia geniais como as etapas históricas necessárias do autodesenvolvimento, da automanifestação e do autoentendimento progressivos da razão humana; de sorte que todas essas pretensas ideias infinitas que o homem reconheceu, durante alguns milênios, como essências autônomas e supremas, são não só independentes dele, mas ainda o dominam, ele e o mundo, e que elas constituem atualmente as obras de seu espírito próprias embora inconscientes, ou, mais simplesmente, o produto necessário da estupidez histórica natural. Assim, Deus, a imortalidade da alma, o mundo misterioso das substâncias infinitas foram explicadas, da maneira mais simples, como um reflexo enganador, como uma miragem de nossa razão ainda infantil que se intuiciona fora de si e transferiu para um céu imaginário sua própria essência que ela ampliou imaginariamente ao infinito.

Tal é a última palavra de todo o sistema de Hegel que parece opor-se a si mesmo. É verdade que ele enunciou essa palavra de maneira tão confusa que a imensa maioria dos hegelianos, assim como o observou o poeta Heine, não a compreendeu. Entretanto, Hegel compreendeu-a e enunciou com uma simplicidade e uma sinceridade extraordinárias, logo no início dos anos quarenta. O único grande espírito dessa escola, depois de Hegel, o último hegeliano e, pode-se dizer, em geral, o executor testamenteiro da metafísica condenada à morte, é o célebre Ludwig Feuerbach, muito lido pelos jovens russos.

Após Feuerbach, a necessidade de dirigir-se ao mundo da realidade, aquela de estudá-lo nos fatos e compreendê-lo de modo racional e não mais metafísico, aquela de fundar todo um sistema científico, nele incluindo, evidentemente, toda a psicologia e toda a sociologia nas ciências naturais, tornaram-se evidentes na Alemanha para todo espírito saudável, para toda alma viva. Mas eis que apareceu toda uma série de homens de

ciência; estes fundaram a nova escola natural e são, se nos é permitido exprimir-nos nesses termos, *os apóstolos da ciência revolucionária.* Os nomes de Bruckner, de Karl Fogt, de Moleschott e de alguns outros filósofos são tão conhecidos na Rússia quanto aquele de Feuerbach.

É com razão que os nomeamos apóstolos da revolução. Não são apenas homens de ciência, não, eles ergueram-se como combatentes contra todos os fantasmas engendrados pelo idealismo religioso e metafísico que barravam ao homem o caminho da liberdade. Eles deram-se na linguagem pública o nome de *ateus* e *materialistas*, tendo compreendido que a vocação da ciência é liberar *todos* os espíritos sem exceção e preparar, assim, a liberação da própria sociedade.

O reconhecimento no mundo, fora dele e acima dele, do ser supremo infinito; o reconhecimento de Deus e de todas as maneiras de adorá-lo; a doutrina da alma imortal e das recompensas ou castigos d'além-túmulo e a existência das *igrejas*, dos sacerdotes que intercedem junto a Deus e que reconciliam os crentes com ele, taumaturgos, profetas, *legisladores e czares ungidos pelo Senhor*; bem como a existência necessária, que decorre dela, de *Estados* instalados por Deus, com todo seu bricabraque histórico, o direito estatista, criminoso e cívico; a propriedade hereditária e o despotismo familial; o poder político e a violência militar; todas essas sombrias corjas da religião foram sem dúvida alguma o produto da escravidão primitiva na qual nosso gênero comprouve-se no início de sua história quando começou a distinguir-se do gênero dos gorilas e outros primatas. O homem trouxe todos esses traços incontestáveis de nossa animalidade primitiva, diminuindo-os progressivamente, à medida que tomava consciência de sua natureza humana e que a realizava no transcurso de toda a história; ele carregou-os como Espártaco carregava sua cadeia quando se libertava. E é evidente que o peso excessivo dessa cadeia histórica era e continua a ser a principal causa da insuportável lentidão com a qual o homem libera-se e desenvolve-se. Todavia, por outro lado, é igualmente evidente que todos esses produtos de nossa *escravidão natural* pré-histórica forçosamente tiveram de tornar-se, por sua vez, a nova fonte da escravidão *histórica* que continua a esmagar-nos e da qual só poderemos liberar-nos por meio da ciência racional.

Assim, sem nem mesmo pedir até que ponto os supracitados mencionados fundadores da nova escola natural da Alemanha desejaram ou compreenderam eles próprios as consequências *práticas* da doutrina que eles

haviam criado, temos plenamente o direito de dar-lhes o nome de apóstolos da revolução. Ao aniquilar *no povo* a fé no mundo celeste, eles prepararam a liberdade terrestre. Entre essa escola e aquela de Auguste Comte, existe uma imensa diferença *justamente em relação a esse ponto.*

Auguste Comte, sem contestação um dos espíritos mais extraordinários de nosso tempo, evoluiu sobre o terreno puramente francês, e, pode-se dizer, em uma independência absoluta em relação a toda influência da filosofia alemã da qual ele só conhecia parcialmente Kant. Ele foi em sua juventude saint-simoniano, e foi em 1830 que apareceu a primeira parte de seu célebre *Curso de Filosofia Positiva.* Sua grande superioridade sobre os filósofos alemães foi aquela de conhecer de perto as ciências positivas. Ele foi um dos últimos representantes mais bem dotados das gloriosas escolas de matemática e de física que, desde a revolução, desenvolveram-se na França até ao início dos anos cinquenta e cujo célebre Arago, que, por sinal, elevara-se contra Kant, foi, pode-se dizer, o último eminente representante. Auguste Comte era *positivista* por sua natureza, por sua tradição, pelo caráter de sua nação, por toda a sua situação social. O idealismo alemão não podia existir em seu espírito.

A ordem de sucessão das ciências em seu sistema assemelha-se àquele estabelecido na *Enciclopédia* de Hegel; mas Comte apresenta em relação a este último a imensa vantagem que, na época em que Hegel esforçava-se para fundar a natureza sobre a lógica, sobre a razão e sobre o espírito, ele, ao contrário, funda, e com muita justeza, a razão e o que se denomina espírito sobre a natureza; ele faz repousar todo o desenvolvimento espiritual e moral do homem unicamente sobre a psicologia e a sociologia, sobre fundamentos cósmicos, fisiológicos e antropológicos. Aí reside seu imortal mérito, quaisquer que tenham sido seus erros na solução de problemas particulares. Assim, com seu ponto de vista, como com aquele dos novos naturalistas alemães, ele desferiu um rude golpe no idealismo ao expulsá-lo definitiva e *sistematicamente* da ciência.

Mas é justamente porque Comte não conhecia a recentíssima história da autodestruição consequente do princípio metafísico na Alemanha que ele não soube desferir o golpe mortal no idealismo. Ele só fez contorná-lo. Tendo-o expulsado da ciência, autorizou-o a reinar sem partilha no vasto domínio da imaginação e do sentimento. Guiando-se pela crítica de Kant, e tomando de algum modo por credo suas conclusões que asseguram que a razão não pode conhecer o infinito nem penetrar na essência das coisas,

ele colocou na base de seu sistema a ideia segundo a qual todos os homens de ciência franceses já haviam adotado desde há muito tempo por axioma; essa ideia, vós a encontrareis nos prefácios ou nas introduções de inúmeros manuais franceses de mecânica, física, química ou de uma outra ciência positiva: o homem não é capaz de conhecer senão os fenômenos e as relações dos fenômenos entre si, isto é, as leis da natureza e da sociedade; mas a causa primitiva dos fenômenos, sua essência verídica restam para ele um mistério que ele nunca poderá desvendar. Assim, a imaginação e o sentimento são dotados da possibilidade de inclinar-se sobre elas enquanto eles o desejarem, é-lhes inclusive permitido restaurar para seu uso cotidiano a imortalidade e Deus, que a teoria positiva não nega de modo algum, mas que somente expulsou da ciência. Ao agir assim, ela coloca-se em cima do muro.

É sobre esse ponto principal que divergimos, não só em relação aos nossos positivistas primários, mas também em relação aos representantes sérios da "filosofia positiva" europeia. A despeito de seu elevado nível científico e de suas inúmeras outras qualidades, eles são hipócritas ou péssimos pensadores.

Não somos nem ateus nem materialistas, proclamam, somos apenas positivistas. Não negamos em absoluto a existência de Deus ou a imortalidade da alma, mas só dizemos e provamos que não pode haver lugar na ciência para todas essas essências infinitas, se é que elas existem, para todas essas ideias que transpõem a fronteira do mundo *conhecido* dos fenômenos; dizemos que estas são inacessíveis à razão.

Não é o que dizem os teólogos de todas as igrejas e de todas as religiões?...

O número dos péssimos pensadores, e sem dúvida também dos hipócritas, é extremamente elevado entre os positivistas ingleses. Sabe-se que no seio das classes inglesas privilegiadas, burguesa e aristocrática, onde a liberdade política é amplamente disseminada, existe uma escravidão social excepcional que se manifesta essencialmente no poder inquisitorial dos "santos"[2] e na mentalidade meio crente, meio hipócrita da sociedade que treme de verdade ante eles. Sabemos que quase todo inglês *como deve ser*, por mais inteligente, por mais instruído que seja, impõe-se ouvir sermões dos mais insuportáveis todo domingo, porque é o que exige seu *estatuto de gentleman* e porque ele é obrigado a servir de exemplo ao povo, porque, se este não segue mais a religião, correrá o risco de pôr-se

a satisfazer seus *apetites terrestres* e perturbará, assim, a tranquilidade e o conforto nos quais vivem os *gentlemen*. No século XVIII, ainda existia na Inglaterra pensadores sinceros e audaciosos. Mas no século XIX, excetuando o poeta Shelley, ninguém tinha ainda o topete de proclamar-se de viva voz ateu e materialista.

Nada há de surpreendente, tendo em vista essa disposição de espírito, no fato de os filósofos e os naturalistas ingleses terem se apoderado com grande alegria da possibilidade que oferecia o sistema de Comte de ir até ao fim nas investigações científicas sem incorrer ao mesmo tempo na reputação de ateus e materialistas. Encontrareis essa duplicidade prática em todas as obras de Bockel, Darwin, Lewis, Herbert Spencer e Stuart Mill. Como eles não são revolucionários, eles temem, não querem e não julgam útil atentar contra a fé popular. Mas se o instinto burguês e as *considerações práticas* que dele decorrem não tivessem obscurecido sua lógica, eles teriam desde há muito tempo compreendido, confessado sinceramente e de viva voz que só o fato de a ciência reconhecer a *possibilidade* de existência de um deus real, conquanto inacessível à própria ciência, é suficiente para, por um lado, ancorar no coração das pessoas sem instrução o reinado dessa ideia, e por consequência a escravidão humana, e por outro, tornar impossível a própria ciência. Porque lá onde se intromete a força sobrenatural e onipotente não pode existir nem ordem, nem senso, nem lógica, assim como não pode existir liberdade; a onipotência que não se intromete em nada, que não interrompe nada e que não perturba nada é igual a zero.

É preciso reconhecer que os positivistas franceses são, senão levemente mais sinceros, ao menos muito mais consequentes que os ingleses. Os mais inteligentes dentre eles são ateus e materialistas. Mas muito raros são entre eles aqueles que consentem reconhecê-lo publicamente. Eles são filósofos e não combatentes, e não têm a intenção de submeter-se excessivamente às perseguições oficiais. E hoje, todos o sabem, é a mentalidade católica mais tocante que predomina nas altas esferas governamentais francesas; o Senado, a Câmara dos representantes do povo, toda a burocracia, toda a magistratura e todo o exército, até a própria academia das ciências, estão impregnados de cristianismo. Nesse meio, não é hábil assumir posições ateias e materialistas.

Além disso, os positivistas franceses não experimentam absolutamente a necessidade de fazer com que as massas ignorantes partilhem

sua descrença. Eles são *aristocratas da inteligência*, sacerdotes da ciência. Eles dizem:

Seria um erro os governos colocarem-se a perseguir-nos. Nós não incomodamos, e conquanto a verdade não afaste de nós um único dos raros eleitos que vêm a nós para pedir-nos que os iniciemos nos segredos do *método científico*, não chamamos ninguém a vir a nós; não só não nos entregamos à propaganda contra a metafísica social e contra a religião popular, como estimamos, ao contrário, que uma como a outra são *necessárias* às classes entre as quais elas continuam hoje a reinar, elas o são para todos aqueles que, em razão de sua incapacidade intelectual ou da ausência de meios e de tempo para estudar, não podem elevar-se ao nível da ciência pura.

Os positivistas que adotaram um ponto de vista conservador têm sem contestação razão: o povo ignorante necessita da religião. *Porquanto até ao presente todos aqueles que governaram o povo tiveram por objetivo constante e infalível reduzir à escravidão a força de produção popular em proveito da minoria privilegiada e mais ou menos ociosa — é justamente nisso que consiste toda a essência do Estado* — portanto, todos os governos devem ter em mão o meio de persuadir *a multidão ignorante de que esse sacrifício é necessário*, e esse meio só pode ser duplo: *sejam as convicções religiosas, seja a violência*; seja o temor de Deus, seja o medo do bastão. Mas é impossível manter na escravidão unicamente pela violência o povo mais humilde, mais apagado. Toda criatura que vive no mundo, qualquer que seja sua fraqueza relativa, é capaz de ripostar da maneira mais enérgica quando a privam dos meios dos quais necessita para viver; e a força material do povo é cada vez mais forte do que aquela da minoria que oprime e explora. Assim, para conseguir uma vitória total e durável sobre o povo, é necessário enfraquecer sua energia natural, enfraquecer e perverter sua força de réplica. É o papel da religião.

Por outro lado, só a ação da religião também não é suficiente para subjugar o povo. A lógica dos interesses, das necessidades da vida é por ela mesma tão clara, tão poderosa que se não lhe concedesse senão a liberdade e que se não fosse impedida, por meio da violência permanente, de colocar-se questões práticas, ela seria capaz de quebrar todos os ídolos na imaginação e no coração do povo; o que teria de novo como consequência inevitável a destruição de todos os privilégios da minoria no poder hoje

e em toda parte. Portanto, para preservar a ordem, é preciso que os dois poderes: o da Igreja e aquele do Estado, os dois medos: o da terra e aquele do céu, completem-se mutuamente. Eis por que, desde que existe a história, o governo pelo bastão e pela religião foram inseparáveis irmãos de sangue em todos os Estados.

Partidários da revolução, somos inimigos não só de todos os sacerdotes da religião mas igualmente daqueles da ciência; inimigos de todos aqueles que afirmam *que o povo necessita da religião*, essa frase vil e repugnante que tem, na realidade, o seguinte sentido: "*Necessitamos da ignorância do povo, nós, seus exploradores e seus opressores*".

Queremos destruir toda religião popular para substituí-la pelo saber popular. Sim, queremos que o povo tenha um saber racional, rigorosamente científico.

Nós o desejamos porque *queremos a liberação definitiva do povo de toda tutela governamental*; mas não o queremos para submetê-lo à nova tutela dos doutrinários revolucionários. *A verdadeira revolução deve justamente consistir em destruir inteiramente toda tutela, eliminar radicalmente todo papel do Estado.* Queremos que *o povo alcance a maioridade*, e para chegar realmente a essa idade, ele necessita da ciência.

Isso quer dizer, responder-nos-ão, que reconheceis a rigor que é legal e necessário, embora temporariamente, colocar o povo sob tutela, precisamente enquanto a ciência não o tiver instruído? Não, não é isso. Não só nós não reconhecemos que seja necessário, mas, ao contrário, estamos convencidos de que por mais baixo que seja o grau de instrução do povo e por mais instruídos, por mais sinceros e por mais honestos que sejam aqueles que amam o povo e que se dedicam à ambiciosa tarefa de assegurar a tutela sobre o povo, esta última não poderia deixar de pervertê-los, eles próprios, e tornar-se-ia para o povo uma inevitável fonte de escravidão, empobrecimento, marasmo intelectual e moral. *A lógica de todo poder faz com que, ao mesmo tempo, ela corrompa indizivelmente aqueles que têm em suas mãos a tutela e cause a perda daqueles que estão submetidos a ela.*

Assim, *não reconhecemos em nenhum caso nem a verdade nem a utilidade dessa tutela, em qualquer grau de desenvolvimento que esse povo encontre-se.*

Tudo o que podemos reconhecer é *o caráter natural, pelo próprio fato da submissão do povo, de sua paciência e de sua obediência quando a superstição impõe-se, quando ele ainda está inebriado pelas crenças e pelas espe-*

ranças religiosas, quando a voz lúcida da ciência ainda não explicou o sentido das coisas e quando uma ausência prolongada de liberdade impediu os caracteres de desenvolver-se e privou-os da consciência de sua própria força. E aqueles que se aproveitam assim da ignorância do povo não se tornarão melhores por isso.

Nossa tarefa consiste, pois, em primeiro lugar, em vencer a ignorância do povo. E ela só pode ser *definitivamente* suprimida pela ciência. Esta está ao alcance do povo? E por que não estaria? Ela está ao nosso alcance, e existe no povo numerosas, muito numerosas pessoas que são sem dúvida mais inteligentes do que vós, caro leitor, e do que eu. Além disso, vós sabeis que nosso povo não foi desgraçado pela natureza, que seu espírito é saudável, forte, e sobretudo livre. Todos os seus preconceitos são superficiais, nenhum deles ainda não pôde incrustar-se nele, tal como uma pedra pesada e inábil. *Entretanto, ele não dispõe nem dos lazeres nem dos meios para estudar.* Além disso, o governo, ainda onipotente por enquanto, colocará sem dúvida em obra todos os seus imensos meios para fazer obstáculo à verdadeira instrução popular.

Sim, aí está toda a *questão social.* É nela que reside *a própria necessidade da revolução.*

Observai como essa questão é estranhamente colocada! Assemelha-se a um círculo vicioso: *para liberar o povo, é preciso instruí-lo*; e para instruí-lo, é preciso dar, para esse fim, os meios, a vontade e o tempo, isto é, *é preciso liberá-lo do jugo político e social que o sufoca atualmente.* O que fazer então? Por onde começar? Desde que ponto devemos aplicar-nos à tarefa?

Numerosos são aqueles que dizem: *é preciso criar escolas populares em toda a Rússia.* É o que asseguram, sobretudo atualmente, todos aqueles que estão cansados, enfraquecidos pela fadiga ou pelo medo. Sim, as escolas populares são, sem dúvida alguma, uma bela obra. Todavia, quem dará ao povo o tempo, a vontade, a possibilidade de frequentá-las ou de enviar a elas seus filhos? Ele é esmagado por um labor que mal o coloca ao abrigo da fome. E quem vai organizar as escolas? O governo? A nobreza? Os ricos? Os sacerdotes? Isto é, aqueles mesmos contra os quais é necessário precisamente criar as escolas populares? É uma inépcia.

E, coisa bizarra, essa inépcia quase se produziu entre nós, na Rússia, em certa medida. Entre a nobreza, que foi, desde a própria fundação do Reino moscovita até hoje, ao lado do governo, que contou entre os inimigos, os pilhas e os mais encarniçados carrascos do povo, houve pessoas sinceramente devotadas à causa da instrução do povo e de sua liberação. Todos os decembristas, todos os partidários de Petra... evski, pertenciam à nobreza; uma parte não negligenciável dos condenados políticos deportados à Sibéria, enviados ao exílio e nas prisões pelo magnânimo imperador que reina hoje bem-aventuradamente, emanaram desse mesmo estrato social. Aqueles que são nomeados *niilistas*, e uma parte da imensa maioria das *mulheres niilistas*, provêm desse mesmo estrato social, bem como certas personalidades que militam atualmente em favor do povo, evidentemente, *contra a imensa maioria da nobreza*, no seio dos tribunais e das assembleias do *zemstvo.* Os nobres que representavam todo um governo exigiram em 1862 a abolição das classes sociais e a convocação de uma assembleia do *zemstvo* estendida a todo o povo. Enfim, houve nobres que quiseram fazer-se camponeses. O governo que entendia melhor do que eles a dignidade da nobreza, seu dever e seus interesses, não consentiu, evidentemente, nem a um, nem a outro.

Esse fenômeno bizarro explica-se, por sinal, de maneira extremamente natural. A nobreza, sabemo-lo, foi entre nós a primeira, e durante inúmeras décadas, a única classe social tocada pela luz da instrução ocidental; uma instrução dotada de tal força fecunda que, a despeito de todas as abjetas condições políticas e econômicas (que consagram até hoje nossa nobreza ao servilismo e à selvageria), ela pôde formar inclusive no meio nobre, e sobretudo entre sua juventude, indivíduos que detestam a escravidão, amam a justiça e exigem que sejam estabelecidas relações mais humanas em relação ao povo, sobre o suor e o sangue do qual eles embasaram sua própria instrução. Raríssimos eram, evidentemente, aqueles que compreendiam que a primeira condição para que seja efetivamente realizado o que eles consideravam como justo e desejável para liberar o povo devia ser *a abolição total* das condições econômicas, em função das quais eles — a classe social privilegiada — tinham podido instruir-se, enquanto o povo que trabalhava para eles *sua própria* terra que fora espoliada por eles, estava condenado à ignorância. Entretanto, suas aspirações, embora estéreis e destituídas de força, porquanto se embasavam na propriedade privilegiada e hereditária, isto é, na exploração do labor do povo da Rússia, da Europa e de toda parte, hoje como sempre, encerravam a contradição interna que devia, cedo ou tarde, esmagar sob sua força crescente os

interesses egoístas ou aqueles de sua classe, a aspiração primeva e desinteressada dos jovens à justiça e ao bem geral.

E, efetivamente, a *lógica dos interesses dos estratos sociais* começou, nestes últimos tempos, a dominar visivelmente na consciência e na própria orientação das categorias sociais russas que não tinham por sinal nem valor nem força fora do governo. A fração da nobreza que as primeiras reformas não tinham definitivamente arruinado e que havia conservado, em virtude do antigo costume, a possibilidade de conservar seus domínios roubando o fisco, começa verdadeiramente a compreender que, para preservar suas vantagens e para assegurar sua própria salvação, como classe social, ela deve colocar-se ao lado do governo, do Estado e do czar, contra o povo. Além do mais, a questão revolucionária coloca-se agora entre nós de maneira muito mais precisa e clara, ela libera-se cada vez mais dessa confusão bizarra, e, segundo nossa opinião, extremamente nefasta, dos conceitos e das aspirações, que autorizou, ainda recentemente, personagens estranhos a todo instinto revolucionário, a tomar-se seriamente por revolucionários. Eles enganaram-se a si próprios e enganaram os outros, e positivamente estragaram tudo. Mas depois que cada um vê que não pode existir, nem na Rússia, nem em toda a Europa, nem alhures, outra revolução senão a revolução social, e sabendo que esta não pode deter-se a meio caminho, a maioria dos ricos que deseja conservar e legar a seus filhos os bens herdados ou *que adquiriu favoravelmente*, compreendeu que seu lugar não é nas fileiras da revolução, que seus interesses próprios ordenam que conclua uma aliança indissolúvel com o governo, com o Estado. Em consequência, o número dos nobres e dos não-nobres *abastados* diminuiu consideravelmente entre nossos estratos, estes foram substituídos por pessoas mais aptas a amar, a compreender e a representar a causa popular, tais como os descendentes dos nobres totalmente arruinados, os plebeus, os seminaristas e os filhos dos camponeses. São eles que hoje formam essencialmente e quase exclusivamente nossa falange popular e antigovernamental, eles que servem de intermediário entre o pensamento revolucionário e o povo.

No início do reinado atual, essa dissensão ainda não existia, ou, então, ela era pouco sensível. A juventude instruída de todos os estratos sociais parecía fundir-se no partido do movimento; e quando, em consequência do virtuoso *pogrom* da Crimeia, após a guerra, infamante *para o Estado*, que coroou dignamente o reinado do imperador Nicolau, no momento em

que toda a Rússia fremiu e, de certo modo, ressuscitou, a ideia da liberação do povo tornou-se universal; e como ninguém duvidava do fato segundo o qual a ciência era o mais seguro meio de alcançar esse objetivo, a maioria das pessoas emanadas de diversos estratos sociais lançou-se na fundação de escolas populares, de domingo ou dos dias não-feriados. Em um breve lapso de tempo um importante número dessas escolas surgiu na Rússia, e todas estas funcionaram bem: o povo, estimulado por uma esperança luminosa, pôs-se a estudar inteligentemente e de bom grado. Uns dez anos desse ensino teria feito com que fosse longe... Mas o sábio governo interrompeu bruscamente tudo isso.

Sim, o governo deu provas, neste caso, de uma incontestável sabedoria. Compreendeu que instruir o povo seria funesto para ele próprio, para o poder de Estado, para todo o império. Catarina II, que foi sem dúvida alguma a mais inteligente dos descendentes de Pedro, o Grande, escreveu a um de seus governadores que, tendo dado crédito a uma de suas frases habituais relativas à necessidade da instrução popular, submetera-lhe um projeto visando instituir escolas para o povo: "Imbecil! Todas essas frases são boas para mistificar os falastrões do Ocidente; tu deves saber que *assim que o nosso povo for instruído, nem tu nem eu permaneceremos em nossos postos*." E, efetivamente, o povo que tiver aprendido, à luz da ciência, qual é sua força e sua verdadeira utilidade, não desejará mais pagar todo dia várias centenas de milhões de rublos nem verter seu sangue para fazer viver o império do qual toda a existência e toda a prosperidade foram, desde sua fundação, e sempre estarão necessariamente fundamentadas em sua pilhagem e sua escravidão.

Nosso povo que, em uma fórmula feliz, enunciou em duas palavras suas reivindicações seculares, necessita antes de tudo da *Terra* e da *Liberdade*. Nosso império, em particular, e todo Estado militar e burocrático, em geral, são organizados de tal forma que, mesmo que eles o quisessem, não poderiam absolutamente dar ao povo nem uma nem outra. *O dia que nosso povo compreender isso, o império deixará de existir, o que significa que toda a sua existência está fundamentada na ignorância do povo.* Como esperar, então, depois disso, que o governo queira seriamente disseminar a instrução no povo? E ele não tem razão, *consoante seu ponto de vista*, quando se opõe por todos os meios possíveis à criação de escolas racionais para o povo?

Não há dúvida de que o império trata de maneira desumana e cruel todos os defensores sinceros da ciência popular. Mas não temos motivo para surpreender-nos por sua crueldade nem mesmo a censurar-lha. Ele cumpre sua missão. *A missão de qualquer Estado é sufocar o povo a fim de subsistir*; exatamente do mesmo modo que *a missão dos adeptos da revolução é destruir o Estado para libertar o povo.*

"Quem vencerá no combate desigual?" A força do presente pertence, sem qualquer dúvida, ao Estado. Em contrapartida, a força do futuro pertencerá, esperemo-lo, ao povo, e isso em um futuro pouco distante.

Estamos estupefatos por aqueles que ousam afirmar que o governo *poderia não fechar* as escolas do domingo e as outras escolas fundadas pelos homens progressistas em benefício do povo; que ele *poderia tolerar* a formação e a prosperidade das cooperativas operárias; que ele poderia *não afogar no sangue polonês, não deportar* aos trabalhos forçados, enviar à prisão e *não matar* as centenas de jovens russos que se dedicaram à causa da instrução do povo e de sua liberação; que ele *poderia tolerar* a liberdade de crítica e, inclusive, *tirar proveito para si mesmo* da palavra impressa não-censurada; que ele *poderia não pedir socorro* ao melhor representante do pensamento e do benefício do Estado, nosso patriota de Estado Mikhail Nicolaievich Muraviev, o enforcador, que ele *poderia não açoitar e não fuzilar os camponeses* que não souberam crer de imediato na comédia da pretensa emancipação; que poderia, em resumo, *conciliar os interesses do Império com aqueles das populações russas e não-russas que trabalham para ele como escravos e que estão ali reclusas como no presídio.* Confessemos que semelhante fé na capacidade do governo de não fazer o mal e de fazer o bem, de realizar *milagres não só a menos mas, inclusive, a mais,* pareceu-nos uma ingenuidade sempre surpreendente.

Não subscrevemos a essa ingenuidade: *esperamos do governo, ou mais exatamente do Estado, do qual ele representa os interesses, todos os tipos de males; e prometemos de antemão que, qualquer que seja a maneira infame com que agirá no futuro, não só nós não nos surpreenderemos como consideraremos suas mais abjetas ações como as manifestações naturais e necessárias de sua essência. Nós nos surpreenderemos, ao contrário, e não nos alegraremos absolutamente quando ele conseguir fazer a mínima coisa em benefício real do povo, porque essa gota de bem, feita por acaso, o despertar de uma nova confiança, infalivelmente estúpida, poderia produzir muito mal.*

Apressamo-nos para terminar este artigo com uma conclusão prática. É certo, dizemos, que o governo opor-se-á com todas as suas forças à organização em número suficiente de escolas racionais para o povo. Devemos limitar-nos a isso? De modo algum. Organizaremos e ajudaremos a organizar as escolas, a rigor governamentais, lá e tanto quanto for possível. Mas não nos enganaremos e diremos que, tendo em vista a pobreza de nossos meios e a imensidão da resistência do governo, *jamais obteremos resultados positivos por meio das escolas.*

O caminho da liberação do povo por meio da ciência é-nos barrado; só nos resta, portanto, um único caminho, aquele da revolução. Que nosso povo comece por se liberar, e quando ele for livre, desejará e saberá aprender tudo. *Nossa tarefa é preparar a sublevação de todo o povo, por meio da propaganda.* Quanto a saber em nome de que e como se deve realizar a propaganda, falaremos disso uma outra vez. Por enquanto, diremos algumas outras palavras *relativas à nossa atitude em relação à religião popular.*

Respeitamos incondicionalmente a liberdade de cada um, sob a condição de que ela não seja aquela de oprimir e exercer a infame arbitrariedade do explorador e do opressor. Assim, respeitamos a liberdade de toda confissão; não respeitamos a própria fé, se ela é estúpida (é impossível respeitar a estupidez), mas apenas o direito incontestável de cada homem de crer em qualquer estupidez, se ele nela encontra consolação e satisfação. *Isso não nos impede em absoluto não só de dizer, escrever, publicar, desenvolver a propaganda mais virulenta contra tudo o que nos parece uma inépcia, uma mentira, ainda que milhões de pessoas creiam nisso. É nosso dever, nosso direito.* Um dever porque toda mentira e toda estupidez têm irremediavelmente uma influência nefasta sobre a sociedade que as toma pelo bem e pela verdade. O direito, porque todo homem sendo dependente da sociedade, o prejuízo desta última é nosso prejuízo; sua perda é nossa perda. E como *o nosso direito e o nosso dever consistem em conduzir uma propaganda incessante contra a religião popular, esse direito e esse dever não podem ser postos em dúvida.* Outra questão: *como se deve conduzir* essa propaganda a fim de que ela alcance realmente seu objetivo?

Aconselhamos todos os nossos amigos: *agi prudentemente em relação à fé popular. Não tende indulgência por ela, não dissimulai ante ela, mas também não a ultrajai.* Caso contrário, afastareis o povo de vós *antes que ele tenha tido o tempo de convencer-se de nosso sincero devotamento à sua causa*; vós próprios ajudareis o governo que já emprega sem isso todos

os seus esforços para escavar um abismo entre vós e o povo. Lutai contra a superstição popular em todos os casos onde for possível travar esse combate sem temor de perder a confiança do povo. Mas lá onde a propaganda antirreligiosa puder colocá-lo contra vós, deveis absolutamente abster-vos de lutar. O sucesso da propaganda antirreligiosa no seio do povo necessita dessa prudência.

Quando estivermos convencidos de que não é possível avançar rumo à liberdade pela via da instrução e que deveremos chegar à ciência popular pela revolução, *ser-nos-á necessário orientar essencialmente toda a nossa propaganda contra o czar; deveremos antes de tudo destruir no coração do povo os vestígios dessa infeliz confiança no czar que, durante numerosos séculos, condenou-o a uma funesta escravidão; deveremos convencê-lo de uma vez por todas de que os proprietários fundiários e os funcionários, os dois principais objetos de seu ódio histórico, jamais tiveram força própria, mas que sempre se mantiveram e continuam a fazê-lo unicamente pela vontade e pela força do czar. Enfim, devemos despertar no povo a consciência de sua própria força, novamente adormecida desde a época de Pugachev; devemos mostrar-lhe como, unindo em escala local todos os seus esforços, até ao presente dispersos, em um movimento popular unânime, ele deverá triunfar sobre todos os seus opressores e seus inimigos.*

Realizemos essa tarefa, sejamos apenas os preparadores e os parteiros honestos e vigilantes da revolução. Esta fará todo o resto por si mesma.

E até este dia, que nos serve de aprovação o fato incontestável, que, por sinal, mencionamos aqui há pouco, *que a religião de nosso povo*, embora se envolva, na maior parte, em formas grosseiras e contenha, assim como todo o cristianismo, dogmas que engendram não só sua própria inépcia, mas também a amoralidade, que essa religião, no seio de nosso povo, *é só uma enfermidade superficial que não penetrou absolutamente no âmago de sua vida.*

A fé religiosa do povo mergulha suas raízes não só em sua ignorância, mas também, essencialmente, na falta de plenitude e na estreiteza artificial de sua vida devorada pelos proprietários e oprimida pelo Estado; ela é de certo modo o protesto de cada coração popular vivo, ávido de viver, contra a abjeta realidade. *É em vão que se poderia esperar que o povo fosse liberado pela loucura ou pela embriaguez da religião*, enquanto sua condição *não tiver mudado* de modo radical. Jamais obtereis que só a *via da propaganda*

intelectual devolva-lhe sua lucidez. *Só a* REVOLUÇÃO SOCIAL *o liberará de toda religião.*

NOTAS

[1] Não são seus próprios termos que são citados, mas seu sentido enunciado em sua obra conhecida sob o título de *Crítica da Razão Pura.*

[2] Amiúde ocorre que se dê esse nome aos membros de sociedades bíblicas e outros que se entregam a uma propaganda religiosa desenfreada.

os seus esforços para escavar um abismo entre vós e o povo. Lutai contra a superstição popular em todos os casos onde for possível travar esse combate sem temor de perder a confiança do povo. Mas lá onde a propaganda antirreligiosa puder colocá-lo contra vós, deveis absolutamente abster-vos de lutar. O sucesso da propaganda antirreligiosa no seio do povo necessita dessa prudência.

Quando estivermos convencidos de que não é possível avançar rumo à liberdade pela via da instrução e que deveremos chegar à ciência popular pela revolução, *ser-nos-á necessário orientar essencialmente toda a nossa propaganda contra o czar; deveremos antes de tudo destruir no coração do povo os vestígios dessa infeliz confiança no czar que, durante numerosos séculos, condenou-o a uma funesta escravidão; deveremos convencê-lo de uma vez por todas de que os proprietários fundiários e os funcionários, os dois principais objetos de seu ódio histórico, jamais tiveram força própria, mas que sempre se mantiveram e continuam a fazê-lo unicamente pela vontade e pela força do czar. Enfim, devemos despertar no povo a consciência de sua própria força, novamente adormecida desde a época de Pugachev; devemos mostrar-lhe como, unindo em escala local todos os seus esforços, até ao presente dispersos, em um movimento popular unânime, ele deverá triunfar sobre todos os seus opressores e seus inimigos.*

Realizemos essa tarefa, sejamos apenas os preparadores e os parteiros honestos e vigilantes da revolução. Esta fará todo o resto por si mesma.

E até este dia, que nos serve de aprovação o fato incontestável, que, por sinal, mencionamos aqui há pouco, *que a religião de nosso povo,* embora se envolva, na maior parte, em formas grosseiras e contenha, assim como todo o cristianismo, dogmas que engendram não só sua própria inépcia, mas também a amoralidade, que essa religião, no seio de nosso povo, *é só uma enfermidade superficial que não penetrou absolutamente no âmago de sua vida.*

A fé religiosa do povo mergulha suas raízes não só em sua ignorância, mas também, essencialmente, na falta de plenitude e na estreiteza artificial de sua vida devorada pelos proprietários e oprimida pelo Estado; ela é de certo modo o protesto de cada coração popular vivo, ávido de viver, contra a abjeta realidade. *É em vão que se poderia esperar que o povo fosse liberado pela loucura ou pela embriaguez da religião,* enquanto sua condição *não tiver mudado* de modo radical. Jamais obtereis que só a *via da propaganda*

intelectual devolva-lhe sua lucidez. *Só a* REVOLUÇÃO SOCIAL *o liberará de toda religião.*

NOTAS

[1] Não são seus próprios termos que são citados, mas seu sentido enunciado em sua obra conhecida sob o título de *Crítica da Razão Pura.*

[2] Amiúde ocorre que se dê esse nome aos membros de sociedades bíblicas e outros que se entregam a uma propaganda religiosa desenfreada.